

A POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NA AMAZÔNIA PARAENSE COMO OBJETO DE PESQUISA

Maria do Socorro Silva da Silva
UFPA-Brasil. E-mail: socorroivan9@gmail.com

Thais da Silva
UFPA-Brasil. E-mail: thaisilvaestrela@gmail.com
Prof.^a Dra. Dinair Leal da Hora
UFPA-Brasil. E-mail: tucupi@uol.com.br

Introdução

Este texto apresenta um recorte de uma tese de doutorado em desenvolvimento que realiza um levantamento da produção intelectual no estado do Pará sobre o Ensino Médio em Tempo Integral, orientado pela seguinte questão: como o Ensino Médio em Tempo Integral tem sido abordado nas produções acadêmicas da Amazônia paraense no período de 2016 a 2025?

Utilizou-se de pesquisa bibliográfica, considerando publicações de artigos e livros informados em Currículo Lattes de pesquisadores paraenses, conforme a Rede Nacional de Ciência para Educação – CpE¹, com o objetivo de verificar as pesquisas que focalizam a temática sobre a Política de Ensino Médio em Tempo Integral.

Autores como Nascimento, Nunes (2014) e Digiampietri et. all. (2012), consideraram o Currículo Lattes como fonte de pesquisa devido sua importância acadêmica, atualização dos dados, Plataforma consolidada a 25 anos, vasto campo de informações para além da identificação e produção de pesquisadores, permitindo a busca, obtenção e organização de diversos dados.

A partir dos dados coletados, foram selecionados 8 (oito) Currículos Lattes de pesquisadores da Amazônia paraense que estudam, orientam e publicam sobre Educação Integral em Tempo Integral e verificou-se que foram publicados 60 artigos e 4 livros, no período de 2016 a 2025, que abordam os temas: educação integral, educação em tempo integral, escola em tempo integral, ampliação do tempo escolar, Programa Mais Educação, Programa Novo Mais Educação, Programa Ensino Médio Inovador, Programa Ensino Médio em Tempo Integral.

¹ Rede Nacional de Ciência para Educação – CpE (<http://plataforma-cpe.org/>), plataforma com banco de dados compilados e extraídos da Plataforma Lattes (<https://lattes.cnpq.br/>) e do Banco de Teses e Dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>).

Mainardes e Stremel (2021), consideram a análise das temáticas abordadas em publicações como espaços privilegiados para a disseminação e socialização de pesquisas e oferece indício importante para a identificação das principais políticas, interesses e abordagens. Seguindo esse pressuposto, apresentamos a seguir os primeiros achados da pesquisa.

Desenvolvimento

O levantamento de artigos e livros sobre o Ensino Médio em Tempo Integral na Amazônia paraense, no período de 2016 a 2025, verificou que houveram apenas 7 (sete) artigos que se aproximam da temática e 1 (um) que apresenta a questão da reforma e sua relação com a educação integral dos estudantes.

O período escolhido e o número de produções analisadas representam estudos iniciais e o exercício para nos aproximar da Política de Ensino Médio em Tempo Integral na Amazônia paraense a partir da Medida Provisória nº 746/2016, levando-nos a escolher esse tema como nosso objeto de estudo.

Para conhecer o objeto em estudo, adotou-se a investigação bibliográfica (Ferreira, 2002) de artigos e livros disponíveis em Currículo Lattes de pesquisadores paraenses a partir dos títulos e palavras-chave com a ocorrência das expressões ‘educação integral’, ‘educação em tempo integral’, ‘escola em tempo integral’, ‘ampliação do tempo escolar’, ‘Programa Mais Educação’, ‘Programa Novo Mais Educação’, ‘Ensino Médio Inovador’ e ‘Ensino Médio em Tempo Integral’.

Os artigos e livros trataram de uma grande variedade de temas que se desenvolvem em instituições, documentos e estudos que versam sobre a Educação Integral em Tempo Integral como: a) Aspectos históricos; b) Ações e práticas; c) Implantação; d) Gestão escolar; e) Avaliação de larga escala; f) Financiamento; g) Plano Estadual de Educação do Pará; h) Reforma; i) Tecnologias digitais; j) Qualidade; k) Formação docente; l) Formação humana; m) Direito à educação; n) Política educacional; o) Educação do Campo; p) Ensino médio; q) Educação infantil; r) Inclusão e s) Programas de indução.

Das produções analisadas, apenas 1 (uma) traz no título a ideia de reforma do Ensino Médio, assunto que nos propomos aprofundar no decorrer do curso de doutorado, para compreender a atual Política de Ensino Médio em Tempo Integral na Amazônia paraense a partir da Medida Provisória nº 746/2016.

A motivação em pesquisar a temática – Política de Ensino Médio em Tempo Integral na Amazônia paraense – vem de interesses profissionais por ter tido experiências com escolas que oferecem esse tipo de oferta escolar, superando a neutralidade científica, como bem assinala o destaque “Não há, portanto, possibilidade de se estabelecer uma separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o que ele estuda e também os resultados do que ele estuda” (Lüdke; André, 2018, p. 5).

O estudo inicial possibilitou observarmos que há algumas décadas a Política Educacional brasileira vem sendo inundada pela ideia oficial de reforma, que repercutiu sobre o Ensino Médio através da rápida ascensão da Medida Provisória nº 746/2016 (Brasil, 2016b) elevada à categoria de Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017b), que ocasionou diversos protestos e pedidos por sua revogação, como a manifestada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, que realizou consultas públicas sobre a temática e apresentou relatório ao Ministério da Educação e também dispôs para conhecimento público².

Os artigos e livros selecionados na pesquisa oportunizaram situar o objeto de investigação no campo de estudo da Política Educacional, que somados às importantes contribuições de Shiroma, Moraes, Evangelista (2011), Vieira (2008) Hora (2018) e Mainardes, Stramel (2021), nos ajudaram perceber a necessidade de continuar pesquisando e publicando sobre a Política de Ensino Médio em Tempo Integral na Amazônia paraense devido tratar-se de uma temática atual, que ainda está em processo, e por isso, ainda tem muito a ser explorada.

Conclusão

Conclui-se que o Ensino Médio em Tempo Integral na Amazônia paraense acompanha o movimento da Política Educacional do país, tendo sido ofertado através de programas de indução a partir da Medida Provisória nº 746/2016 (Brasil, 2016b), seguida pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017b) e atualmente pela Lei nº 14.640 (Brasil, 2023).

Considerando o período de 2016 a 2025, a produção acadêmica sobre a temática no estado do Pará vem aumentando, o que demonstra a importância e o interesse dos pesquisadores, que focalizam variados aspectos desse tipo de oferta escolar, observando-

² Através do endereço: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/relatorio-consulta-publica-ensino-medio-anexo-3-e-4.pdf>

se que os pressupostos da reforma aparecem implícitos, secundarizados ou transversal em 6 (seis) publicações, o que indica uma lacuna que pode ser melhor explorada e aprofundada no decorrer da pesquisa que desenvolvemos no curso de doutorado.

Referências

BRASIL. **Medida Provisória - MP 746/2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n° 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, 22 set. 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 21 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as LDB/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236/1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Diário Oficial da União, Edição: 145, Seção: 1, Página: 1, 01 ago. 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

DIGIAMPIETRI, Luciano A. et al. Minerando e Caracterizando Dados de Currículos Lattes. In: **Anais Brazilian Workshop On Social Network Analysis and Mining – BRASNAM em Curitiba**. ISSN 2595-6094. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, p. 117-128. 2012. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/brasnam/article/view/6868>. Acesso em: 26 jul. 2024.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

HORA, Dinair Leal da. **Política educacional e modernização falaciosa no Brasil**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2 ed [reimpr]. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. A Política Educacional na década 2010 a 2020: análise de publicações. DOI: 10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1634. Santarém: **Revista Exitus**, v. 11, p. 01 - 22, e020175, 2021.

NASCIMENTO, J. L. DO; NUNES, E. D. Quase uma auto/biografia: um estudo sobre os cientistas sociais na saúde a partir do Currículo Lattes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 4, p. 1077–1084, abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.12482013>. Acesso em 9 mar. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ff6fdHV4QtNctWgfQKFczqw/?lang=pt#>.

SHIROMA, O. E.; MORAES, M. C.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em Tempos de Transição (1985-1995)**. 2 ed. Brasília: Liber Livro, 2008.